

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Carlos Alberto Richa
Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
E COORDENAÇÃO GERAL
Cassio Taniguchi
Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES
Gilmar Mendes Lourenço
Diretor-Presidente

Emílio Kenji Shibata
Diretor Administrativo-Financeiro

Julio Takeshi Suzuki Júnior
Diretor do Centro de Pesquisa

Daniel Nojima
Diretor do Centro Estadual de Estatística

EDITORAÇÃO

Maria Laura Zocolotti
Supervisão editorial

Ana Batista Martins
Diagramação

Estelita Sandra de Matias
Revisão de texto

Stella Maris Gazziero
Projeto gráfico

PAUTA PARA A INTERIORIZAÇÃO DO CRESCIMENTO INDUSTRIAL DO PARANÁ

*Gilmar Mendes Lourenço**

A robusta carteira de investimentos industriais no Paraná, definida e programada pelo setor privado desde o começo de 2011, desencadeou oportuna discussão, no interior e fora das hostes do governo, a respeito das reais chances de produção de um ciclo de crescimento econômico mais harmônico regionalmente, ou com menor propensão concentradora na Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Em sendo isso factível, estariam abertos os flancos para a ativação de expedientes institucionais, fruto de transparentes negociações entre o poder público e os demais atores sociais atuantes no Estado, visando à neutralização dos rumos concentradores assumidos, trilhados e preservados, a partir da segunda metade da década de 1970, em face dos desdobramentos da consolidação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e da implantação da refinaria da Petrobras em Araucária.

Até porque, as estatísticas de geração de renda oriundas dos sistemas de informações da Secretaria de Estado da Fazenda e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam apreciável concentração econômica em três macropolos paranaenses.

O primeiro abrange o espaço formado por Paranaguá, RMC e Ponta Grossa, detentor de base produtiva diversificada e com liderança do agronegócio, metalmecânica e refino de petróleo. O segundo eixo compreende a faixa dominada por Londrina e Maringá, ancorada no agronegócio e em serviços (puxados por duas universidades estaduais). E, o terceiro vetor regional corresponde à área Cascavel-Foz do Iguaçu, impulsionada pelo agronegócio, turismo e geração de energia.

A ausência de uma melhor repartição geográfica do resultado das atividades econômicas denota natureza mais dramática quando se constata que, a despeito de o produto interno bruto (PIB) *per capita* do Paraná exibir cifra 8,0% superior à brasileira, em apenas 54 municípios do Estado (13,5% do total) essa grandeza estaria acima da média do País em 2009, segundo estimativas do IBGE.

* Economista, diretor-presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

Por esse prisma, se forem considerados os projetos protocolados no âmbito do Programa Paraná Competitivo, instituído pelo governo do Estado no princípio do exercício de 2011, percebe-se pronunciada aglutinação geográfica no eixo Curitiba-Ponta Grossa, abarcando 75,0% do montante de R\$ 16,4 bilhões a ser aplicado, ou 65,0% se for excluído o megaempreendimento anunciado pela Klabin.

À primeira vista, a verificação dessa peculiaridade poderia incitar a radicalização dos procedimentos de concessão de incentivos fiscais para o estabelecimento de indústrias em regiões mais afastadas da RMC, especialmente naqueles municípios classificados como de reduzido grau de desenvolvimento, levantados conforme o emprego de critérios convencionais de rendimento médio, taxa de pobreza e aproximações atualizadas do índice de desenvolvimento humano (IDH).

No entanto, é prudente mencionar a existência de oferta de benesses tributárias, centradas no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para a implantação de unidades fabris em municípios paranaenses com menores IDHs, no intervalo de tempo compreendido entre 2003 e 2010, no âmbito do Programa Bom Emprego Fiscal. Os resultados dessa estratégia foram modestos, pois parcela razoável do parque atual, ou potencialmente operante, no interior do Estado já estaria coberta por algum tratamento fiscal especial.

Além disso, para a ciência regional, o fenômeno da concentração traduz a prevalência do enfoque microeconômico nas preferências locacionais das companhias, ao perseguirem, de modo intransigente, o usufruto das economias de aglomeração – gastos cadentes de escala, localização e urbanização –, que, aliás, configuram atributos das áreas de média e grande dimensão.

Nessa perspectiva, a mira na Região de Ponta Grossa, detectada pelas recentes manifestações empresariais, não deve ser interpretada rigorosamente como uma onda desconcentradora. Na realidade, o acompanhamento de diferentes experiências de desenvolvimento regional no mundo permite apurar que o deslocamento da expansão dos investimentos, em uma distância entre 100 e 150 km do núcleo dinâmico, pode representar simplesmente o prolongamento geográfico dos impactos polarizadores daquele, ou uma desconcentração concentrada.

Nesse caso, a escolha por Ponta Grossa estaria evidenciando a identificação de alguns sintomas de exaustão física e financeira da capacidade de hospedagem de novas unidades fabris pela RMC, preponderantemente por Curitiba e cidades limítrofes, caracterizados pela escassez e elevado custo dos terrenos industriais, acrescidos da multiplicação das restrições de caráter ambiental.

Ao mesmo tempo, a estampa exibida por Ponta Grossa tem se mostrado bastante estimulante aos potenciais empreendedores. Dentre os itens que aparecem no *check-list* exposto pelos empresários destaca-se a proximidade a Curitiba e ao Porto de Paranaguá, reforçada pela disponibilidade de um entroncamento rodoferroviário, que facilita as conexões da região com o Norte e o Oeste do Estado, sobretudo quanto ao fornecimento de bens de produção para a agropecuária e o recebimento de insumos agroindustriais, e o interior de São Paulo.

Igualmente relevante é a existência de uma base empresarial diversificada, montada, de forma gradativa, desde o começo dos anos 1970, e apoiada no agronegócio – com crucial presença das cooperativas e disponibilidade ou facilidade de acesso às matérias-primas –, na indústria

metalmecânica e em produtos de base florestal. Também sobressai o funcionamento de centros de excelência em ensino técnico e superior, expressos em uma universidade estadual e outra federal.

Ainda assim, é preciso reter que a concentração econômica e, principalmente, a industrial pode reproduzir a reduzida eficiência das iniciativas (ou, na melhor das hipóteses, a acomodação) do setor público na direção da produção de benefícios competitivos dinâmicos, suficientes para estimular as organizações produtivas a aventarem a possibilidade de alocação espacial das plantas industriais de maneira mais dispersa.

Nessas circunstâncias, a maior pulverização geográfica do crescimento econômico paranaense, voltada à atenuação dos desníveis regionais de renda e emprego, requer a articulação plena entre ações públicas e privadas. Mais precisamente, a maximização das implicações interiorizadoras do atual estágio virtuoso da economia do Estado impõe posturas integradas e indutoras, por parte do governo e da iniciativa privada, na descoberta, e perseguição da otimização, de algumas frentes de transformações e oportunidades.

Por certo, urge a implementação dos projetos de restauração e aprimoramento da infraestrutura de transportes do Estado, objetivando, em simultâneo, a derrubada de um dos principais entraves à competitividade dos produtos fabricados em território paranaense nos mercados nacional e externo, e o acréscimo da demanda por mão de obra não qualificada, especialmente na construção civil pesada, até como anteparo à diminuição do nível de emprego rural, por conta da inexorável continuidade da mecanização da matriz agropecuária.

Outra frente de disseminação espacial do crescimento compreende o fortalecimento das vocações e o desenvolvimento das aptidões regionais, com expressivos nexos com a área de ciência e tecnologia, extraídos de esforços dirigidos pelas universidades e faculdades estaduais e das ações descentralizadas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (ex-Cefet), na identificação de soluções para a retirada das comunidades locais da estagnação – e, em situações extremas, a superação do próprio subdesenvolvimento –, incluindo permanentes estímulos à propagação da lógica empreendedora.

Nessa mesma linha, as alternativas de escape do marasmo econômico, por meio da proliferação dos regimes de cooperação, sintetizados nos arranjos produtivos, também devem merecer atenção redobrada do executivo estadual em conjunto com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), especialmente por despertarem a procura de ganhos de eficiência, mais por sinergias e menos por competição, e de especialização da mão de obra.

Soa imprescindível a formulação e execução de propostas para a adequação do capital social básico, principalmente nas áreas de saúde e educação – abarcando formação e capacitação do fator trabalho, também apoiada na capilaridade do sistema S –, em fase com as profundas modificações econômicas e demográficas em curso no Paraná, notadamente o menor ritmo de expansão populacional, a queda das taxas de fecundidade, o aumento do número da população idosa, o prosseguimento do movimento de migração do campo para as cidades – em razão, primordialmente, da já citada mecanização da agricultura –, embora em menor velocidade do que no período 1970-2010. Há, adicionalmente, a menor velocidade de incremento da população em

idade ativa (PIA) e da população economicamente ativa (PEA), que congrega os empregados e as pessoas que estão em busca de ocupação, *vis-à-vis* a oferta de oportunidades de trabalho.

A propósito disso, afigura-se essencial a busca de sintonia fina entre as instituições privadas e os organismos públicos atrelados à cadeia produtiva do agronegócio, focando a recuperação da capacidade produtiva dos estabelecimentos de pequeno porte, a profissionalização dos produtores, a diversificação do perfil das atividades rurais e o adensamento da verticalização da agroindústria.

Para tanto, será essencial o uso da base empresarial moderna – em métodos de produção, técnicas de gestão e formas de capitalização –, disponível nas cooperativas, para a implantação dos ciclos finais de transformação e maior agregação de valor à produção primária, mais perto das fontes produtoras ou provedoras de matérias-primas.